

Soja e transição para a sustentabilidade: o papel das microfundações institucionais

THIAGO FERREIRA QUILICE

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO (FEA-RP/USP)

Soja e transição para a sustentabilidade: o papel das microfundações institucionais

Doutorando: Thiago Ferreira Quilice

E-mail: thiagoquilice@hotmail.com

Telefone: (19) 99839-9548

PPGA: Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (CEPEAD) – UFMG

Orientador: Prof. Dr. Roberto Gonzalez Duarte

Resumo: O setor da soja, apesar de sua importância, apresenta inúmeros desafios em relação à sustentabilidade. Mesmo havendo opções técnicas e tecnológicas que vão ao encontro desses desafios, esse setor possui diversos fatores institucionais que impedem sua transição para a sustentabilidade. Embora muitos estudos analisem a sustentabilidade do setor, a literatura ainda destaca a necessidade de estudos que investiguem essa questão de forma mais holística. Para isso, propõe-se a utilização da perspectiva multinível, considerada uma das principais abordagens para o estudo das transições para a sustentabilidade. No entanto, a literatura sobre transições aponta que uma de suas deficiências é explicar a relação entre os aspectos macro e micro correspondentes ao processo de institucionalização e desinstitucionalização de práticas. Nesse sentido, podem ser úteis os estudos sobre as microfundações da teoria institucional, a despeito do atual e intenso debate acerca do paradoxo da agência incorporada, que tem origem no embate entre dualidade e dualismo e que é recorrentemente discutido em várias das disciplinas no âmbito das ciências sociais. Na teoria institucional, a noção de dualismo estrutural, que trata agência e estrutura como elementos opostos no processo de estruturação, impede avanços no entendimento das microfundações das instituições, principalmente no sentido de se compreender como os atores (individuais ou coletivos) absorvem e interpretam a estrutura para, finalmente, agir. Assim sendo, este ensaio propõe que a teoria institucional passe a adotar a noção de dualidade estrutural, que considera a estrutura tanto como meio para a ação quanto como resultado dessa ação. Isso pode ser feito por meio da utilização da *strong structuration theory* (SST), uma teoria elaborada para tornar a teoria da estruturação mais passível de aplicação empírica. Consequentemente, considerando-se a importância que esse aspecto possui para a compreensão do estágio atual da soja em relação à sustentabilidade, sugere-se integrar à perspectiva multinível um modelo de microfundações que utilize como base a SST. Dessa forma, as relações entre os aspectos micro e macro em processos de institucionalização e desinstitucionalização de práticas poderão ser mais bem compreendidas, assim como as barreiras que impedem a transição da soja para a sustentabilidade.

Palavras-chave: Transições para a sustentabilidade; perspectiva multinível; *strong structuration theory*; microfundações da teoria institucional; análise do discurso; micro história.

1. Introdução

Iniciativas globais como os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) chamam a atenção para diversos desafios que a sociedade enfrenta em relação à sustentabilidade (Markard et al., 2020). Ao menos seis dos 17 ODS podem ser diretamente associados à maneira como os alimentos são produzidos, comercializados e consumidos. Nesse contexto, destacam-se os impactos gerados pelo setor de *commodities*, que incluem os efeitos não apenas da etapa de cultivo, mas também de toda a cadeia de suprimentos, desde o potencial desmatamento até a disposição de derivados nos supermercados (Gardner et al., 2019; Jia et al., 2020). Uma dessas *commodities* é a soja. Academia, mídia, empresas, sociedade e organizações não governamentais têm direcionado atenção e esforços a vários aspectos relacionados à sustentabilidade dos processos envolvidos no cultivo desse grão. Por exemplo: (i) estudos científicos têm investigado tanto o desenvolvimento e a adoção de tecnologias mais sustentáveis (Klerkx et al., 2019) quanto o desenvolvimento de políticas públicas de incentivo à agricultura que considerem a questão da sustentabilidade (Parente et al., 2020); (ii) organismos internacionais têm pressionado a cadeia de suprimentos para que esta não apoie ou mantenha práticas não sustentáveis (Reuters, 2020); e (iii) organizações não governamentais têm monitorado integrantes dessa cadeia de suprimentos em relação a práticas não sustentáveis (WWF, 2019).

A soja foi introduzida no Brasil em 1960, e graças ao investimento em pesquisas o País tornou-se o maior produtor do mundo (Embrapa, 2019, 2020; Parente et al., 2020). A soja é utilizada no mundo todo como alimento, como óleo, como matéria-prima para a produção de biocombustíveis e para a produção de rações para animais. Ao mesmo tempo, o cultivo desse grão é considerado um gerador de problemas sociais, ambientais e econômicos, entre eles: emissão de gases de efeito estufa, insegurança alimentar nas comunidades onde é cultivada, desmatamento, conflitos rurais e expansão não sustentável (Jia et al., 2020). Lidar com os efeitos negativos em relação ao cultivo da soja é uma questão urgente não apenas para o futuro do planeta, das comunidades locais e da floresta, mas também para a manutenção do próprio negócio, já que compradores internacionais têm ameaçado deixar de adquirir a soja brasileira em virtude desses problemas (Reuters, 2020).

Diversas tecnologias e práticas sociais já estão em operação para combater as atividades não sustentáveis no cultivo de *commodities*, tais como a implementação de certificações (Gardner et al., 2019), o gerenciamento sustentável da cadeia de suprimentos (Jia et al., 2020) e a adoção de tecnologias identificadas como *Agriculture 4.0* (Gaitán-Cremaschi et al., 2020). No entanto, como os resultados alcançados ainda são modestos (Jia et al., 2020), fica evidente que o processo de transição para a sustentabilidade da soja precisa ser acelerado.

O negócio da soja pode ser considerado um sistema sociotécnico, ou seja, um conjunto de elementos técnicos e sociais que tem como objetivo atender a uma demanda da sociedade (Geels, 2002, 2004). Nos últimos 20 anos, houve um aumento no número de pesquisas que buscam analisar como os sistemas sociotécnicos evoluem no sentido de serem mais sustentáveis, ou seja, investigam como ocorrem e como podem ser aceleradas as transições sociotécnicas para a sustentabilidade (Fuenfschilling, 2019; Geels, 2004; Markard et al., 2020). Markard et al. (2020) apresentam dois estágios em que os processos de transição sociotécnica para a sustentabilidade podem ser classificados: (i) surgimento de tecnologias, que corresponde ao momento em que as alternativas tecnológicas ainda estão em fase de desenvolvimento e/ou aprimoramento; e (ii) aceleração da transição, que corresponde ao momento em que as opções tecnológicas e processuais mais sustentáveis já existem, mas há barreiras que impedem que a transição ocorra.

As pesquisas em transições para a sustentabilidade consideram, de forma geral, que determinada técnica se torna institucionalizada na forma de um sistema sociotécnico por ter sido adotada e/ou apoiada por seus diversos *stakeholders* (partes interessadas). Consideram também que mudar essa técnica não é um processo simples, visto que a evolução necessária é do tipo coevolutiva e deve ocorrer entre os diversos elementos do sistema. Isso significa que a alteração em um elemento depende da alteração em diversos outros, ou seja, para que diversos elementos coevoluam em direção à sustentabilidade, é preciso que os interesses de todos os *stakeholders* estejam alinhados. No entanto, mesmo que para a sociedade, de uma forma geral, a mudança seja o melhor caminho, isso nem sempre ocorre (Fuenfschilling, 2019; Fuenfschilling e Truffer, 2014, 2016).

A teoria institucional é considerada uma das mais adequadas para a análise das transições em sistemas sociotécnicos (Fuenfschilling, 2019; Geels, 2004). Conceitua-se instituição como um conjunto de regras, normas e valores que restringem ou habilitam o comportamento dos agentes (Fuenfschilling e Truffer, 2016; Geels, 2004; Scott, 2014). Na teoria institucional, há um extenso debate sobre a primazia da agência *versus* a primazia da estrutura na análise de processos de manutenção ou mudança institucionais (Cardinale, 2018), que acaba sendo refletido nos estudos sobre transições para a sustentabilidade. A primazia da agência, contemplada no chamado velho institucionalismo (*old institutionalism*), argumenta que os atores, de uma forma consciente, reflexiva e estratégica, escolhem cursos de ação com base nos resultados esperados, e que a capacidade para essa análise depende de fatores individuais, organizacionais ou sociais. Já a primazia da estrutura, discutida no neoinstitucionalismo (*new institutionalism*), substitui essa consciência reflexiva por uma consciência prática (*practical consciousness*), segundo a qual os atores são influenciados pelas instituições por meio de entendimentos pré-conscientes compartilhados por eles, o que restringe sua capacidade de ação às opções de ações compatíveis com esses entendimentos. Todavia, abordagens mais recentes, fundamentadas principalmente na teoria estrutural de Giddens (1984), têm evoluído no sentido de reconciliar velho e novo institucionalismos. As principais delas são: (i) trabalho institucional, (ii) lógicas institucionais, e (iii) empreendedorismo institucional (Cardinale, 2018; DiMaggio e Powell, 1991; Lawrence e Suddaby, 2006; Scott, 2014; Thornton et al., 2012).

Os primeiros trabalhos da área de transições para a sustentabilidade (GEELS, 2004) se aproximavam mais do neoinstitucionalismo e discutiam como as estruturas (conjunto de regras, normas e valores) que restringem ou habilitam o comportamento dos agentes mudavam ao longo do tempo de forma a possibilitar que uma tecnologia fosse substituída por outra. Esses estudos consideraram que as instituições eram muito uniformes ao moldarem o comportamento dos agentes, não permitindo identificar tensões e contradições institucionais (Fuenfschilling e Truffer, 2014) ou analisar o processo de tomada de decisão dos atores (Geels, 2011). Nesse sentido, surgiram trabalhos que adotaram abordagens diferentes, tais como lógicas institucionais (Fuenfschilling e Truffer, 2014), trabalho institucional (Fuenfschilling e Truffer, 2016) e institucionalismo histórico (Roberts e Geels, 2019), para analisar a relação dinâmica entre estrutura e agência nos estudos sobre transições para a sustentabilidade (Fuenfschilling, 2019). Esses estudos contribuíram tanto para as investigações sobre como os agentes podem atuar na alteração de regras, normas e valores como para o entendimento das situações que favorecem essas transições.

Apesar desses avanços, os trabalhos em transições para a sustentabilidade ainda privilegiam o aspecto macro em detrimento do micro, fazendo que a análise da relação entre esses dois níveis continue sendo um desafio para a área (Geels, 2020; Köhler et al., 2019; Strambach e Pflitsch,

2020; Upham et al., 2019), assim como ainda é um desafio entender por que determinadas transições não ocorrem ou por que ocorrem de forma tão lenta (Köhler et al., 2019)¹.

Estudar as microfundações das instituições representa um avanço no entendimento de como as instituições são criadas, mantidas e alteradas. No entanto, Cardinale (2018) argumenta que o conflito estrutura-agência, ou o paradoxo da agência incorporada (*paradox of embedded agency*) (Holm, 1995; Seo e Creed, 2002) atrapalha o avanço dessa vertente. Esse paradoxo consiste no seguinte questionamento: “[c]omo os atores podem mudar as instituições se suas ações, intenções e racionalidade são condicionadas pela própria instituição que desejam mudar?” (Holm, 1995, p. 398). Sua origem está na proposição de Giddens (1984) de que as estruturas (regras e recursos) são tanto um meio para a ação dos agentes quanto um resultado dessa ação, o que é conhecido como dualidade da estrutura (estrutura como meio e como resultado). Também contribui para esse problema a proposição de Giddens (1984) de que as estruturas não apenas restringem os agentes, mas que restringem ao mesmo tempo que habilitam seus comportamentos.

Apesar do diagnóstico que Cardinale (2018) faz sobre o atual *status* do paradoxo da agência incorporada e das consequências para as microfundações da teoria institucional, Lok e Willmott (2019) consideram que o paradoxo não deveria ser visto como um problema a ser resolvido, mas apenas como um paradoxo. Para os autores, essa questão já deveria ter sido considerada superada após Archer (1982) propor que a dualidade de Anthony Giddens fosse considerada um dualismo². A solução proposta por Archer (1982), e levada para a teoria institucional por Barley e Tolbert (1997), foi a de considerar a estrutura um elemento segregado da agência (dualismo ao invés de dualidade), em que a estrutura passou a ser um elemento a ser vencido para que o agente aja, e não mais um meio para a ação. Esse entendimento, caracterizado como uma interpretação realista de Giddens, permeia, em maior ou menor grau, as principais abordagens da teoria institucional (empreendedorismo institucional, lógicas institucionais e trabalho institucional) (Cardinale, 2019). Realmente, seria impossível qualquer aplicação prática da teoria estrutural da forma como foi proposta, já que Anthony Giddens escreve em um nível ontológico muito amplo (Stones, 2005).

Apesar desse extenso debate e de proposições parciais de solução, há uma alternativa que ainda não foi trazida à teoria institucional (pelo menos até onde o autor deste projeto tem conhecimento). Stones (2005), a partir da teoria estrutural de Giddens e da revisão dos trabalhos de vários de seus críticos, desenvolveu a *strong structuration theory* (SST), cujo objetivo é fornecer uma teoria estrutural que possa ser utilizada empiricamente. Segundo o autor, ao invés de uma ontologia geral (como em Giddens (1984)), possui uma ontologia local, ou seja, uma ontologia com aplicações definidas. Nessa concepção da teoria estrutural, não há paradoxo e não são necessárias soluções artificiais e metodológicas como as de Archer (1982).

Acredita-se que a adoção da SST pela teoria institucional, ao invés de substituir as recentes vertentes da teoria institucional, as fortaleceria e oferecia formas inovadoras de lidar com diversos desafios que enfrentam, além de permitir corrigir ou adequar determinados aspectos de suas concepções. A teoria estrutural seria especialmente útil ao estudo das

¹ O trabalho de Köhler et al. (2019) refere-se à publicação da agenda de pesquisa da *Sustainability Transitions Research Network* (SNTR).

² O termo ‘dualismo’ é utilizado por Anthony Giddens como referência a duas ideias opostas. Já ‘dualidade’, refere-se a duas ideias que podem ser analisadas em conjunto; mais especificamente, a teoria estrutural é um modelo que permite analisar como as forças da agência e da estrutura se relacionam (GIDDENS, 1984; SCOTT, 2014; STONES, 2005).

microfundações, por oferecer uma proposta de análise mais adequada do comportamento dos atores (individuais ou coletivos), o que iria ao encontro da necessidade de investigar, em um nível micro, as transições sociotécnicas para a sustentabilidade, conforme proposto por diversos pesquisadores da área (Köhler et al., 2019).

A questão geral que se pretende investigar é: **como agência e estrutura se relacionam nos processos de transição para a sustentabilidade no setor da soja?** Mais especificamente, o objetivo geral deste projeto é **investigar como agência e estrutura se relacionam nos processos de institucionalização dos discursos sobre sustentabilidade e soja**. O interesse metodológico em relação à análise do discurso se deve a duas vertentes especialmente adequadas para a análise de processos de estruturação. A (i) perspectiva estrutural do discurso considera que estruturas de significação, dominação e legitimação são mutualmente constitutivas por meio de práticas recursivas do dia a dia, sendo útil para o rastreamento de padrões de ações comunicativas, em conjunto com estruturas discursivas e suas mudanças ao longo do tempo (Hardy e Maguire, 2010; Heracleous, 2013). Já a (ii) teoria dos atos de fala, uma das vertentes da análise do discurso, proposta por Austin (1962) e desenvolvida por Searle (1969, 1976), propõe que toda sentença pode ser considerada um discurso que possui um propósito, ou seja, toda fala pode ser considerada uma ação. A teoria dos atos de fala é útil para a investigação de discursos à luz de seu contexto, tendo como propósito entender seus objetivos e seus efeitos (Heracleous, 2017). Além disso, trabalhos recentes da teoria institucional têm destacado a importância dos discursos na relação entre agência e estrutura nos processos de institucionalização (Bitektine et al., 2020; Meyer e Vaara, 2020).

Para tanto, propõem-se dois objetivos específicos: (i) identificar os principais tópicos relacionados à sustentabilidade na soja, cuja questão orientadora é ‘quais discursos estão envolvidos no processo de transição para a sustentabilidade no setor da soja?’, e (ii) analisar a relação entre agência e estrutura na institucionalização dos tópicos relacionados à sustentabilidade na soja, que possui como questões orientadoras: (a) ‘quais os principais momentos nos processos de institucionalização dos discursos sobre sustentabilidade e soja?’ e (b) ‘como se deu a relação entre agência e estrutura nos principais momentos dos processos de institucionalização dos discursos sobre sustentabilidade e soja?’.

Como já discutido, o contexto geral deste projeto é a sustentabilidade no setor da soja. O primeiro passo dado foi a escolha da literatura sobre transições sociotécnicas para a sustentabilidade como modelo de análise (essa abordagem é discutida na Seção 2.1). O estudo sobre transições para a sustentabilidade levou à identificação de lacunas no entendimento da relação entre agência e estrutura, o que resultou na escolha da teoria sobre microfundações das instituições como instrumento para preencher as lacunas identificadas. Contudo, a vertente de microfundações também passa por um debate intenso no mesmo sentido, razão pela qual buscou-se a SST como sugestão teórica para lidar com as lacunas identificadas, o que é discutido na Seção 2.2. A partir disso, mostraram-se adequadas as duas vertentes metodológicas da análise do discurso já apresentadas. Considerando que a análise do discurso se refere ao processo de análise dos dados e que o objetivo proposto é a análise do processo de institucionalização, adotou-se a micro história como modelo para a coleta e estruturação dos dados, já que essa abordagem é especialmente adequada para relacionar os níveis micro e macro e busca

“mostrar as experiências dos atores históricos e como eles viam a si mesmos e a suas vidas e quais significados eles atribuíram às coisas que lhes aconteceram, enquanto também tenta ir a estruturas históricas profundas, modos de pensar longevos e processos globais usando uma análise retrospectiva – fatores que

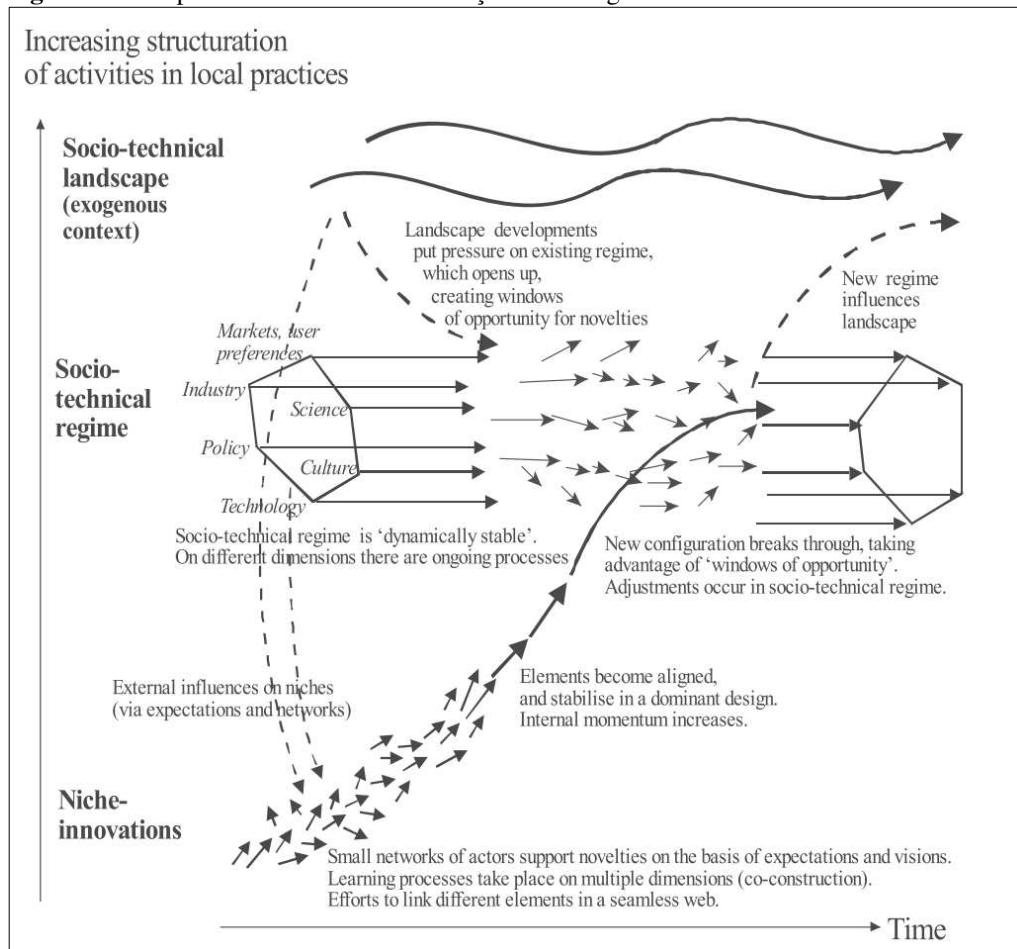
estavam ausentes dos horizontes de interpretação dos próprios atores” (Magnússon e Szijártó, 2013).

2. Quadro teórico de referência

2.1. Transições sociotécnicas para a sustentabilidade e perspectiva multinível

A principal abordagem para o estudo das transições sociotécnicas é a perspectiva multinível, a qual é composta por três níveis: panorama sociotécnico; regimes sociotécnicos; e nichos tecnológicos (Figura 1). O nível superior – panorama sociotécnico – é formado por elementos exógenos, tais como ambientes materiais, crenças culturais, símbolos e valores, que exercem pressões, normalmente, em mais de um sistema sociotécnico ao mesmo tempo. Esses elementos não são direta ou facilmente influenciados por qualquer um dos regimes sociotécnicos, dado seu grau de institucionalização (Fuenfschilling, 2019). Alguns exemplos de fenômenos que têm potencial para influenciar mais diretamente o panorama são guerras, mudança climática, revoluções industriais, crises financeiras, valores culturais amplos, entre outros (Geels, 2002). A força que os elementos do panorama sociotécnico exercem sobre os regimes sociotécnicos (nível intermediário) podem agir tanto no sentido de desestabilizar o sistema quanto no sentido de torná-lo rígido e sujeito a mudanças. Em prazos mais longos, no entanto, movimentos nos regimes sociotécnicos podem alterar o panorama (Geels, 2020).

Figura 1 – Perspectiva multinível em transições tecnológicas.



Fonte: Geels (2020).

O nível intermediário – regimes sociotécnicos – diz respeito a “conjuntos semi-coerentes de regras [...] difíceis de mudar [...] que dão estabilidade ao sistema [...] e coordenam as atividades”

dos diversos atores que o compõem (GEELS, 2004, p. 904). “Os regimes sociotécnicos podem ser entendidos como a 'estrutura profunda' ou a gramática dos sistemas sociotécnicos”. Esses regimes são suportados ou mantidos por grupos sociais, ou seja, conjuntos de atores que compartilham características comuns como papéis desempenhados, normas, percepções etc. (GEELS, 2004: 905). Os regimes listados por Geels (2020) são indústria, ciência, tecnologia, mercado, política e cultura. Esses diversos regimes são ao mesmo tempo autônomos e interdependentes, ou seja, possuem regras e comportamentos próprios, mas suas ações tanto influenciam os demais regimes quanto são por eles influenciadas. Os sistemas sociotécnicos são mantidos quando as regras ou orientações dos diversos regimes estão alinhadas em torno de um objetivo comum. Quando ocorrem distúrbios, e os regimes se desalinham, aumentam-se as chances de ocorrer um processo de transição (Fuenfschilling, 2019).

Já o nível micro – nichos tecnológicos – corresponde aos contextos menos suscetíveis às pressões estruturais ou institucionais dos regimes sociotécnicos. É nesse nível que as tecnologias disruptivas se desenvolvem: incubadoras e aceleradoras, usuários entusiastas e inventores são exemplos de elementos que compõem o nicho. Nesse nível, as tecnologias “nascentes” estão protegidas da competição do mercado e podem criar redes de relacionamentos que as possibilitarão desafiar as tecnologias institucionalizadas. Contudo, a transição do nicho para o regime não é simples: por serem inovações disruptivas, ou seja, que desafiam as tecnologias já institucionalizadas, é provável que sua entrada no mercado faça que os atores dos regimes atuais percam sua posição, o que os leva a lutar contra as novas tecnologias nos nichos (Fuenfschilling, 2019; Geels, 2004).

Conforme discutido anteriormente, os estudos sobre a perspectiva multinível enfocam principalmente processos de mudança em níveis ‘mais macro’ (Farla et al., 2012; Geels e Schot, 2007; Köhler et al., 2019). No entanto, “as teorias de processo de um fenômeno, como é o caso da perspectiva multinível, deveriam possuir dois componentes complementares: um global (de fora para dentro) e um local (de dentro para fora)” (Geels, 2020, p. 1).

2.2. *Strong structuration theory*

Segundo Stones (2005), agência e estrutura são elementos muito interrelacionados e interdependentes: “[a]s estruturas sociais não são entidades reificadas desnudadas dos seres humanos e de suas qualidades irredutíveis, assim como as visões e experiências que instigam os pensamentos e ações dos agentes sociais não são aquelas dos seres que são ilhas em si mesmos” (p. 4). Para Giddens (1984), as estruturas sociais são ‘virtuais’, colocadas em prática na produção e na reprodução da vida social (Giddens, 1984; Sewell, 1992; Stones, 2005). Para o autor, “as propriedades estruturais dos sistemas sociais são tanto um meio quanto um resultado de práticas recursivamente organizadas” (Giddens, 1984, p. 25). Ou seja, ao mesmo tempo que os agentes dependem da estrutura para agir, essas estruturas são resultado das ações desses agentes. As ações dos agentes são, “simultaneamente[,] constrangidas (em algumas direções) e empoderadas (em outras) pelas estruturas sociais existentes” (Scott, 2014, p. 93).

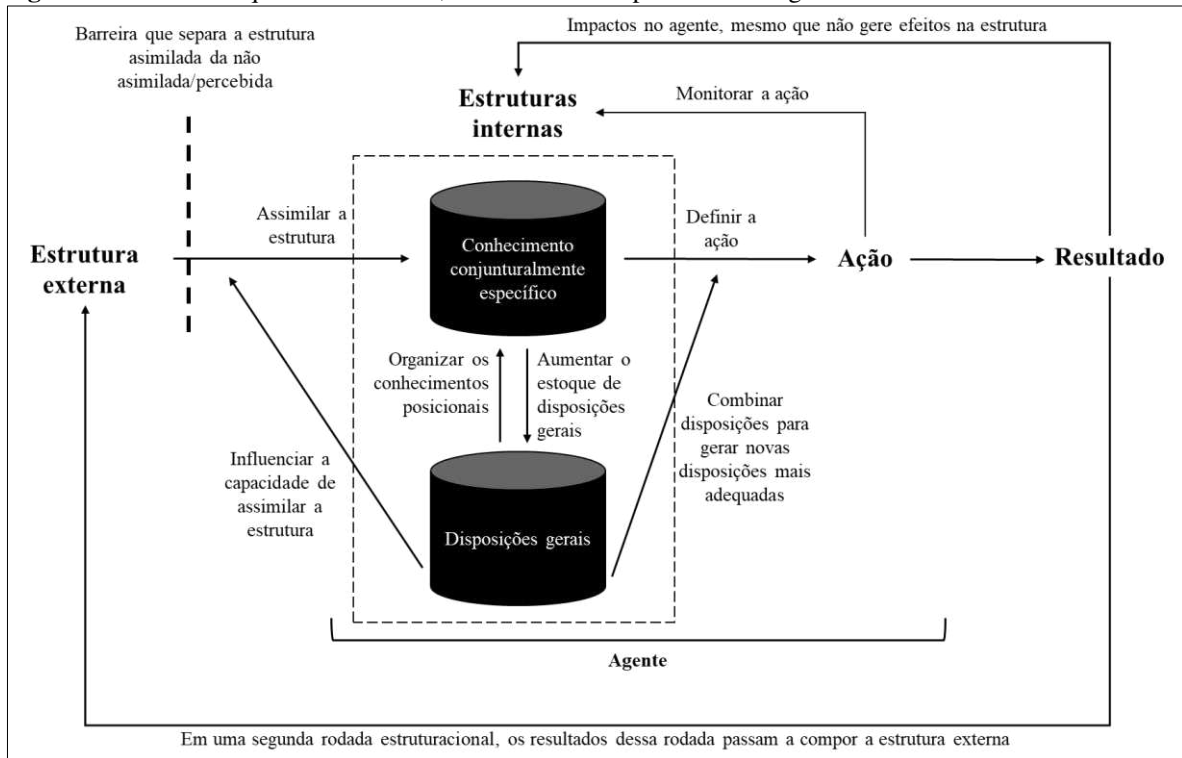
Para Stones (2005), as características que diferenciam a teoria da estruturação de outras abordagens das ciências sociais são a forma como ela conceitua estrutura e agente e o fato de não analisar apenas a estrutura ou apenas os agentes. O autor explica que, para a teoria da estruturação, a forma como os atores interpretam e entendem o mundo para agir desempenha um papel indispensável no entendimento das estruturas sociais, assim como as estruturas sociais desempenham um papel igualmente importante no entendimento das práticas dos agentes. Essa relação ocorre por meio dos três elementos já descritos: significação, legitimação e poder.

Um dos objetivos da SST é explicitamente considerar e explicar os “mundos internos dos agentes”, isto é, as formas como os indivíduos enxergam ou percebem as estruturas (Upham et

al., 2018, p. 165). O elemento central do trabalho de Stones (2005) é o modelo da natureza quadripartida da estruturação, que se opõe à visão tradicional da teoria da estruturação que apenas contempla agência e estrutura em um processo recursivo de influência mútua. Já que a estrutura é tanto o ‘meio’ para a ação do agente quanto o ‘resultado’ dessa ação, Stones (2005) divide a estrutura proposta por Giddens em duas partes: ‘meio’, chamada ‘estrutura interna’, e ‘resultado’. Os quatro elementos ou momentos da SST são estrutura externa, estrutura interna, ação e resultado, conforme apresentado na Figura 2.

A SST consiste em uma análise que possui como ponto de referência a posição ocupada por um agente (ou grupo de agentes³) – agente em foco –, o que não significa assumir exclusivamente o ponto de vista desse agente, mas considerar a posição que o ele ocupa em uma estrutura. Por exemplo, um agente em foco em uma posição na qual possui relações estruturais com diversos outros agentes, ‘percebe’ apenas parte dessas relações ou de seu entorno. As demais relações que influenciam o agente em foco, mas que ele não percebe, podem ser percebidas apenas pelo pesquisador ou por outros atores, pelo menos até que o agente em foco adquira/receba um ‘conhecimento’ que o torne capaz dessa percepção (Stones, 2005).

Figura 2 – Resumo esquemático da SST, considerando os processos do agente.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Stones (2005).

O primeiro aspecto da SST é denominado ‘estruturas externas como condições de ação’. Esses elementos estruturais existem de forma autônoma em relação ao agente em foco e formam o

³ Stones (2005) faz referência a “*group of agents*” para demonstrar a possibilidade de analisar a agência, ou o comportamento do ‘agente’, também em níveis mais agregados. De forma mais explícita Geels (2020) recorre à discussão de Little (2016) sobre a natureza das entidades nas ciências sociais: “[o]s atores coletivos podem ter a capacidade de agir” (Geels, 2020, p. 3) quando demonstrarem as seguintes características: (i) “persistência de características básicas ao longo do tempo”; (ii) “organização estrutural-funcional interna”; (iii) “coesão social entre os indivíduos [...], que derive de sua orientação social para a entidade (sindicatos, comunidades religiosas, grupos étnicos)”; e (iv) “uma descrição dos mecanismos socio-materiais específicos através dos quais a identidade e a persistência da entidade são mantidos” (Little, 2016, p. 74). Dessa forma, os termos agente e ator sempre farão referência tanto a um indivíduo quanto a um coletivo.

contexto de ação desse agente. Nessa abordagem, o conceito de estruturas externas deve ser voltado às estruturas que estiverem no horizonte de ação do agente em foco, seja na percepção do próprio agente ou do pesquisador. Como discutido, a estrutura externa corresponde às regras (estruturas de significação e de legitimização) e aos recursos (humanos e não-humanos) que estão de alguma forma relacionados ao agente em foco, mesmo que ele não tenha ciência dessa relação.

O segundo aspecto é chamado ‘estruturas internas’ e refere-se a estruturas ‘internalizadas’ ou ‘assimiladas’ pelo agente em foco. As estruturas internas podem ser analiticamente divididas em duas partes, apesar de funcionarem em conjunto: (a) ‘conhecimento conjunturalmente específico das estruturas externas’ e (b) ‘disposições gerais’ ou *habitus* (em referência a Bourdieu)⁴. Cada um desses tipos de estruturas internas tem relações diferentes com as estruturas externas. Conforme discutido anteriormente, na concepção de Giddens de que as estruturas são tanto o ‘meio’ para a ação dos agentes quanto o ‘resultado’ dessas ações, as estruturas internas destacadas nesse segundo aspecto são o ‘meio’ para a ação (STONES, 2005). Provavelmente, este é o aspecto que mais diferencia a teoria da estruturação forte da forma como as vertentes recentes da teoria institucional tratam a relação entre agente e estrutura.

O terceiro aspecto – agência ativa – refere-se às “maneiras pelas quais o agente, rotineiramente e pré-refletivamente, ou estrategicamente e criticamente, utiliza suas estruturas internas”. Apesar de se referir ao momento dinâmico e ativo da estruturação, está “nunca pode flutuar livremente ou ser arrancado das outras partes do ciclo de estruturação” (Stones, 2005, p. 85-86). Apesar de ser evidente a relação entre as estruturas internas (conjunturais e disposicionais) e a ação dos agentes, Stones (2005) afirma que essa ação não é completamente moldada por essas estruturas e sugere a existência de um processo que denomina ‘agência ativa’, a qual um pesquisador deve considerar ao analisar o comportamento de um agente, mas que (novamente) não representam independência da estrutura.

O quarto aspecto apresentado é denominado ‘resultados’, os quais podem ser eventos e/ou alterações nas estruturas internas ou externas. “Os efeitos das práticas dos agentes em estruturas existentes podem envolver mudanças e elaboração ou reprodução e preservação”. Os resultados podem incluir o sucesso ou insucesso dos agentes em relação a seus propósitos, mesmo que não gerem efeitos na estrutura. Em relação à teoria da estruturação de Giddens, esse quarto aspecto reflete os impactos do processo estruturacional na estrutura. Em uma segunda ‘rodada’ de estruturação, essas estruturas passam a ser as estruturas do momento 1 (Stones, 2005, p. 85).

3. Procedimentos metodológicos

De forma geral, adota-se nesta metodologia uma abordagem processual que possui como pressupostos orientadores: integração das ações ao contexto, análise longitudinal, análise em vários níveis, explicações holísticas (ao invés de lineares) e esforço para vincular processos e resultados (Heracleous, 2017). Com o objetivo de investigar os processos de institucionalização dos discursos sobre sustentabilidade e soja, propõe-se um método dividido em três partes alinhadas aos objetivos listados na Introdução. Cada subseção corresponde a uma das questões orientadoras apresentadas. Um resumo desse método é apresentado no Quadro 1.

⁴ Seguindo Stones (2005, p. 201), “[p]or uma questão de fluência, [serão utilizados] frequentemente uma variedade de termos abreviados referentes a esses diferentes tipos de estruturas internas. Assim, [...] estruturas internas ‘específicas’ ou ‘conjunturais’ [referem-se] a estruturas internas específicas de conjunturas. [E] estruturas internas ‘gerais’ ou ‘disposicionais’ ou *habitus* [referem-se] a estruturas internas de disposições gerais”.

A primeira etapa consiste na identificação dos principais discursos em voga por meio da rede social *tweeter*. Dada a quantidade de resultados que podem ser obtidos na primeira fase e a história de décadas da soja no Brasil, seria inviável analisar em detalhes todo o histórico dos processos de institucionalização dos discursos identificados. Dessa forma, a segunda etapa refere-se à identificação de momentos-chave que contribuíram para a institucionalização dos discursos identificados. Por fim, a terceira etapa consiste na utilização do método histórico, especificamente a micro história, para analisar em detalhes a relação entre agência e estrutura de forma aprofundada.

Quadro 1 – Resumo metodológico da tese.

Pergunta de pesquisa:	Como agência e estrutura se relacionam nos processos de transição para a sustentabilidade no setor da soja?				
Objetivo geral:	Investigar como agência e estrutura se relacionam nos processos de institucionalização dos discursos sobre sustentabilidade e soja.				
Objetivos específicos	Questões orientadoras	Métodos	Fonte de dados	Forma de análise	Resultados esperados
Identificar os principais tópicos relacionados à sustentabilidade na soja.	Quais discursos estão envolvidos no processo de transição para a sustentabilidade no setor da soja?	Análise de <i>template</i> e do Discurso	Twitter de atores do sistema sociotécnico da soja.	<i>Software</i> Nvivo.	Principais discursos sobre sustentabilidade e soja.
Analisar a relação entre agência e estrutura na institucionalização dos tópicos relacionados à sustentabilidade na soja.	Quais os principais momentos nos processos de institucionalização dos discursos sobre sustentabilidade e soja?	Topologia da transição e Análise do Discurso.	Artigos científicos, livros, jornais, revistas, relatórios de empresas. Leis e Projetos de políticas públicas. Entrevistas com <i>stakeholders</i> .	Revisão sistemática da literatura	Mapeamento do surgimento de organizações, redes de atores e séries de encontros que tenham contribuído para processos de institucionalização.
	Como foi a relação entre agência e estrutura nos principais momentos dos processos de institucionalização dos discursos sobre sustentabilidade e soja?	Micro história e Análise do Discurso.		Triangulação de fontes e Análise do discurso por meio do <i>software</i> Nvivo.	Entendimento da forma como o agente utilizou a estrutura como meio para sua ação e como a estrutura foi impactada.

A micro história tem como objetivo “elucidar padrões históricos e estruturas sociais [...] por meio da análise detalhada de eventos, ações ou práticas específicas” (Vaara e Lamberg, 2016). Baseia-se na “ideia de que uma pequena unidade (um indivíduo, um evento, uma pequena comunidade) pode refletir um todo maior (Magnússon e Szijártó, 2013, p. 327). No contexto dessa pesquisa, espera-se que a análise detalhada de momentos importantes nos processos de institucionalização permita o estudo aprofundado da relação entre agência e estrutura, iluminando aspectos teóricos e práticos que contribuam para entender as transições para a sustentabilidade.

3.1. Identificação dos principais discursos

Existem diferentes técnicas e tecnologias que podem ser utilizadas para tornar a cultura da soja mais sustentável; no entanto, há entendimentos diversos sobre o conceito e o escopo de sustentabilidade, além de diversas opiniões sobre quais meios conduzem a práticas mais sustentáveis.

Considerando a disponibilidade de informações que as redes sociais, como *twitter* e *facebook* (Albarrak et al., 2019; Hanna et al., 2011; Kaplan e Haenlein, 2010), possuem sobre como organizações, partidos políticos, políticos, pessoas, etc. se posicionam a respeito de várias questões, propõe-se identificar os principais discursos em relação à soja e verificar como estão associados à sustentabilidade. Adota-se aqui tanto a abordagem de discurso utilizada por Roberts e Geels (2018), denominada visão argumentativa/interpretativa do discurso, segundo a qual “as declarações dos atores têm efeitos instrumentais deliberados sobre outros atores [...] convencendo-os de que algo é legítimo ou digno de apoio” (p. 4), quanto a abordagem de discurso proposta por Austin (1962), que, adicionalmente, considera a possibilidade de resultados não intencionais decorrentes de discursos.

Metodologicamente, a análise de redes sociais (*twitter*, neste projeto) possui duas vantagens; uma em relação à coleta de dados, já que há um grande volume de informações que estão disponíveis *online*, e outra em relação à automação e estruturação do processo de coleta de dados por meio de *softwares* como o NVivo (NVivo, [s.d.]), que permite coletar, organizar, visualizar, comparar e analisar dados.

Um discurso pode moldar a percepção de políticos, investidores, clientes, sociedade, entre outros atores de interesse, levando a uma dicotomia entre ser a favor ou contra as diversas ações/projetos em curso (Roberts e Geels, 2018). Considerando especificamente o discurso emitido por meio da rede social *tweeter*, por exemplo, Chandler et al. (2018) analisaram o efeito, no valor das ações, da forma como duas empresas concorrentes se manifestavam em suas contas na rede social durante o lançamento de um produto, se de forma acomodativa (pedindo desculpas e assumindo responsabilidades por falhas) ou de forma defensiva. Os resultados mostraram que o discurso defensivo teve efeito positivo no valor das ações, enquanto o discurso acomodativo teve efeito negativo. Outro exemplo, é o trabalho de Albarrak et al. (2019), que analisou o efeito, no custo de capital, de as empresas divulgarem de forma voluntária informações sobre a emissão de carbono. Os resultados demonstraram uma relação positiva entre divulgação e redução do custo de capital.

Utilizando a rede social *tweeter* como uma base de dados de discursos emitidos (Chandler et al., 2018) por diversos *stakeholders*, a primeira etapa da pesquisa proposta neste projeto é realizar um levantamento exploratório dos discursos de modo a identificar os *stakeholders* envolvidos e os principais discursos. Para isso, sugere-se a utilização de dois métodos de forma complementar: análise de *template* (King et al., 2018) e análise do discurso com base na teoria dos atos de fala (Austin, 1962; Searle, 1969).

A análise de *template* consiste em um tipo de análise temática (King et al., 2018), cujo método de análise tem como objetivo identificar e analisar padrões em dados qualitativos (Clarke e Braun, 2013). Temas são elementos identificados na base de dados que são recorrentes e distintos e que o pesquisador percebe como relevantes para a questão de pesquisa. O que há de específico na análise de *template* em relação à análise temática de forma geral é a necessidade de uma etapa mais interpretativa, que consiste na organização dos temas identificados. Uma das possibilidades de formato do *template* final é um mapa mental com categorias e subcategorias que servem de suporte para a descrição do conjunto de dados analisados (Cassell e Bishop,

2019; King et al., 2018). No caso deste projeto de pesquisa, espera-se elaborar um *template* que reflita a percepção dos principais *stakeholders* da soja a respeito do tema sustentabilidade.

King et al. (2018) propõem um procedimento de oito etapas para a realização de uma análise de *template*: (i) familiarização com os dados: os autores sugerem que o pesquisador realize uma leitura inicial de toda a base de dados ou, no caso de um volume muito grande de dados, de parte dela; (ii) codificação preliminar: consiste na identificação, em toda a base de dados ou em parte dela, de todos os segmentos de texto que podem significar algo para o problema de pesquisa; (iii) agrupamento dos códigos: revisão da codificação inicial para a identificação/elaboração de uma primeira versão da lista de temas; (iv) desenvolvimento do *template* inicial: com base em apenas parte da base de dados, consiste na elaboração de uma organização e hierarquização inicial dos temas identificados; (v) aplicação do *template* inicial para a análise do restante da base de dados e modificação do *template*, conforme necessário; (vi) definição do *template* 'final'; (vii) uso desse *template* para interpretar os dados; e (viii) elaboração textual da interpretação realizada.

A análise de *template* também permite utilizar, de forma complementar, temas definidos *a priori*, ou seja, antes do início da leitura da base de dados. Com o objetivo de direcionar a análise dos dados, este projeto sugere a utilização da teoria dos atos de fala (*speech-act theory*) (Austin, 1962; Searle, 1969) para a identificação e organização de aspectos que poderiam passar despercebidos. A teoria dos atos de fala é uma das vertentes da análise do discurso proposta por Austin (1962) e desenvolvida por Searle (1969, 1976). Esses autores propuseram que toda sentença pode ser considerada um discurso que possui um propósito, ou seja, toda fala pode ser considerada uma ação. Austin (1962) propôs que as sentenças possuem três aspectos a serem considerados: locução (o que foi dito), ilocução (o propósito do que foi dito) e perlocução (resultado, intencional ou não, do que foi dito). Adicionalmente, Searle (1976) sugeriu que há apenas cinco tipos de ilocuições, ou seja, que toda sentença possui pelo menos um de cinco propósitos. Dessa forma, as ilocuições podem ser: (i) representativas (*representatives*), quando o propósito é expressar algo e, assim, o falante se compromete com a verdade da proposição expressa; (ii) diretivas (*directives*), quando o falante tem como propósito que o ouvinte faça algo; (iii) comissivas (*commissives*), quando o falante se compromete com algum curso futuro de ação; (iv) expressivas (*expressives*), quando o propósito do falante é expressar um estado psicológico, por exemplo parabenizar, desculpar-se, dar boas-vindas; e (v) declarativas (*declarations*), que ocorre quando o propósito do falante é alterar a realidade conforme a declaração proferida (nomeações, declarações de guerra, casamento).

De forma resumida, esta etapa tem como objetivo oferecer um mapeamento dos discursos sobre sustentabilidade publicados nas contas do *tweeter* dos diversos *stakeholders* do setor. Além das categorias a serem criadas no momento da análise, sugere-se a análise dos aspectos locucionários, ilocucionários e perlocutórios dos discursos e a classificação dos atos ilocucionários nas categorias representativa, diretiva, comissiva, expressiva e declarações. É a partir dessa etapa exploratória da análise que serão identificados os principais embates existentes no setor da soja, o que conduzirá ao trabalho a ser desenvolvido na segunda etapa metodológica deste projeto: a identificação dos principais momentos nos processos de institucionalização dos discursos sobre sustentabilidade e soja.

3.2. Principais momentos nos processos de institucionalização

Considerando que o discurso tanto reflete a sociedade quanto contribui para sua formação (Giddens, 1984; Heracleous, 2013), o objetivo desta etapa é identificar os principais momentos que afetaram a evolução dos discursos relativos ao tema sustentabilidade e soja no Brasil, desde o início de seu cultivo na década de 1960. Para isso, considera-se adequada a utilização do

método proposto por Strambach e Pflitsch (2018, 2020) e Pflitsch e Radinger-Peer (2018) denominado topologia da transição (*transition topology*). Os autores consideram que os fenômenos sociais são resultado da interação entre atores e que essas interações são estruturadas pelas configurações institucionais onde ocorrem. No entanto, em oposição à ideia de determinismo estrutural, os autores retomam o conceito de dualidade da estrutura (Giddens, 1984) e destacam que o resultado dessas interações entre atores e entre atores e estrutura também pode provocar alterações na própria estrutura (Strambach e Pflitsch, 2018). Esse método tem como objetivos explicar como ações e mudanças no nível micro se relacionam com fenômenos que ocorrem em nível macro e como o processo de institucionalização ocorre, o que não é completamente explicado pelos estudos sobre transições sociotécnicas (Strambach e Pflitsch, 2020). Para isso, sugere que sejam identificados temporalmente três tipos de eventos que funcionam como uma espécie de marcadores do processo institucional: (i) surgimento de novas organizações, (ii) surgimento de novas redes de atores independentes e (iii) surgimento de novas séries de eventos ou encontros entre atores com um fim específico (Strambach e Pflitsch, 2018). Juntamente com a identificação desses elementos, o método consiste na identificação das relações que possuem, ou seja, das interações com elementos anteriormente identificados que tenham contribuído para o seu surgimento. O argumento é o de que “o surgimento de novas formas de organização – temporárias e mais permanentes – tem o potencial de permitir a desinstitucionalização e novos processos de institucionalização simultaneamente” (Strambach e Pflitsch, 2020, p. 2).

Strambach e Pflitsch (2018, 2020) e Pflitsch e Radinger-Peer (2018) baseiam-se em estudos do neoinstitucionalismo, como lógicas institucionais (Thornton et al., 2012), trabalho institucional (Lawrence e Suddaby, 2006) e empreendedorismo institucional (Battilana et al., 2009), para defender a relação de dualidade entre agência em estrutura, na qual a estrutura influencia a agência, e a agência influencia a estrutura. No entanto, conforme discutido, esses trabalhos da teoria neoinstitucional fundamentam-se em uma versão adaptada da teoria da estruturação de Giddens (1984), o que leva a uma série de problemas, como: (i) possibilidade de conceber atores que possuem poder e liberdade em excesso para mudar estruturas; (ii) possibilidade de considerar que o ator que gera mudanças não está influenciado pela estrutura; e (iii) surgimento do paradoxo da *embedded agency* – questionamento de como os atores podem influenciar as estruturas, se são por elas influenciados (Cardinale, 2018).

Dessa forma, propõe-se a adoção de uma versão adaptada da topologia de transição que esteja baseada na *strong structuration theory* (SST) (Stones, 2005). Conforme discutido anteriormente, a SST não discute apenas dois elementos: agência e estrutura. Stones (2005) conceitualiza dois tipos de estrutura, uma externa ao ator, que independe de sua ciência, e outra interna, que consiste nos elementos da estrutura externa que o ator consegue ‘alcançar’ ou interpretar, o que é afetado por suas ‘disposições gerais’, ou seja, pelos processos cognitivos culturalmente desenvolvidos que influenciam a forma como o ator interpreta a estrutura externa.

Logo, ao invés de identificar apenas as interações que levaram ao surgimento de organizações, redes de atores e séries de encontros, sugere-se que uma topologia da transição adaptada para a SST deveria investigar a estrutura segregada em duas partes – externa e interna – e as ‘predisposições gerais’ dos atores (individuais ou coletivos) envolvidos no processo. Pelo menos duas vantagens podem ser obtidas por meio da adaptação proposta: (i) a possibilidade de identificar que determinados padrões de ação ocorrem ‘simplesmente’ porque os atores envolvidos desconhecem ou são inseguros em relação a possibilidades alternativas (e mais sustentáveis); e (ii) a possibilidade de identificar aspectos cognitivos e culturais dos atores, adquiridos ao longo de sua história, que passariam despercebidos na análise de suas interações, mas que influenciam a forma como a interpretam e reagem.

Apesar de o modelo ter sido proposto para o estudo de processos de institucionalização de práticas sustentáveis, sugere-se sua utilização para o estudo dos processos de institucionalização de discursos em relação ao tema sustentabilidade e soja. Essa identificação dos principais momentos nos processos de institucionalização dos discursos sobre sustentabilidade e soja será essencial na última etapa da pesquisa proposta, isto é, a utilização do método de micro história (Ginzburg et al., 1993; Kipping e Lamberg, 2017; Magnússon e Szijártó, 2013; Vaara e Lamberg, 2016), para analisar de forma profunda a relação entre agência e estrutura na institucionalização e desinstitucionalização de discursos.

3.3. Micro histórias que evidenciam a relação entre agência e estrutura

Investigar a relação entre agência e estrutura demanda, principalmente à luz da SST, uma quantidade razoável de informações tanto sobre atores envolvidos em determinada situação quanto sobre o contexto histórico. Especificamente sobre os atores, a SST sugere a análise de (i) disposições gerais, (ii) conhecimento da estrutura externa, (iii) conhecimento conjunturalmente específico, (iv) práticas realizadas e (v) triangulação das informações obtidas com o que ocorre na estrutura externa (Makrygiannakis e Jack, 2018). Sobre o contexto histórico e social, chamado por Stones (2005) de ‘estruturas externas como condições de ação’, recomenda-se analisar especificamente dois aspectos: ‘influência causal independente’ – estruturas que são mantidas ou alteradas independentemente do ator – e ‘forças causais irresistíveis’ – quando o ator tem capacidade para agir de forma diferente de uma influência externa, mas sente que não têm a capacidade de resistir. A ideia de ‘forças causais irresistíveis’ pode se tornar um dos elementos centrais na compreensão dos porquês que levam os sistemas sociotécnicos a não fazerem a transição para uma versão mais sustentável.

Dessa forma, a micro história se mostra como uma opção metodológica adequada para a investigação dos momentos-chave dos processos de estruturação de discursos. Micro história pode ser definida como a história de um evento único (MacLean et al., 2016). “Por meio da análise detalhada de eventos, ações e práticas específicas, a micro história busca identificar padrões sócio-históricos mais amplos e suas características” (Vaara e Lamberg, 2016).

A abordagem aqui proposta pode ser classificada como parte do interpretativismo histórico, o que caracteriza um exame qualitativo intenso das fontes históricas com o objetivo de entender o significado dos eventos a serem compreendidos (Vaara e Lamberg, 2016). Vaara e Lamberg (2016) destacam que, para Collingwood (1946), “o conhecimento histórico é simplesmente a reconstituição de experiências passadas na mente do pensador no presente”. Collingwood (1946) detalha que o historiador pode recriar os pensamentos de atores do passado em sua própria mente pela interpretação de evidências e propõe que um evento a ser estudado pode ser dividido em duas partes, uma externa e outra interna. A parte externa refere-se “a tudo o que pertence [ao evento] e que pode ser descrito em termos de corpos e seus movimentos”. Para o autor, o trabalho do historiador pode começar por essa parte, mas não pode terminar aí. Já a parte interna de um evento refere-se àquilo que “apenas pode ser descrito em termos de pensamento” (p. 142). O autor propõe que o historiador não pode escolher entre o aspecto interno e o externo, mas que ambos devem ser analisados em conjunto. A união entre os dois aspectos é caracterizada pelo autor como a ação ocorrida no evento em análise. Para o autor, um evento foi uma ação; e a principal função do historiador é “se pensar nessa ação para discernir o pensamento de seu agente” (p.142).

O método histórico ainda não ocupa, de forma explícita, uma posição de destaque na pesquisa sobre organizações (Kipping e Lamberg, 2017; MacLean et al., 2016), mas importantes periódicos da área têm feito apelos em prol dessa vertente metodológica (Kipping e Üsdiken, 2014; MacLean et al., 2016; Vaara e Lamberg, 2016). Inclusive MacLean et al. (2021) afirmam

que “estamos entrando em uma nova fase no estabelecimento dos estudos históricos de organizações como um paradigma metodológico distinto dentro do amplo campo dos estudos de organização”. Para Vaara e Lamberg (2016), história não deve ser considerada apenas uma variável temporal, mas um instrumento de análise útil também ao desenvolvimento teórico da área.

MacLean et al. (2016) propõem quatro tipos de estudos organizacionais históricos, os quais discutem a relação entre método histórico e discussão de teorias: (i) avaliação, que se refere ao teste e refinamento de teorias; (ii) explicação, que tem como objetivo utilizar a história para revelar a operação de processos sociais; (iii) conceituação, com o objetivo de gerar novos construtos; e (iv) narração, que busca explicar a origem de fenômenos contemporâneos. Com o objetivo de utilizar a história para entender a relação entre agência e estrutura em processos de institucionalização, o tipo de estudo organizacional histórico que parece mais adequado é o de explicação. Neste tipo, o pesquisador tem como ponto de partida a teoria, que, no caso desta pesquisa, são as transições para a sustentabilidade, as microfundações da teoria institucional e a SST (Stones, 2005). Em seguida, mergulha-se na história, que neste projeto refere-se aos principais momentos nos processos de institucionalização de discursos sobre sustentabilidade no contexto do sistema sociotécnico da soja. É esperado que, da interação entre ideias teóricas e evidências históricas de diversas fontes, surjam argumentos abrangentes e refinamentos teóricos (MacLean et al., 2016).

De forma sistemática, apesar de destacarem a noção de que o método histórico não é sequencial e envolve a interação entre etapas, Kipping e Lamberg (2017) e Kipping et al. (2014) sintetizam alguns passos necessários para que se alcance rigor conceitual e veracidade histórica (Kipping e Üsdiken, 2014; MacLean et al., 2016; Vaara e Lamberg, 2016). Esses passos podem ser esquematizados em cinco etapas.

A primeira etapa refere-se à identificação e análise crítica das fontes. Os autores destacam que normalmente fontes completas não estão disponíveis (como se estivessem apenas esperando que alguém faça as perguntas certas) e que é necessário utilizar ‘reliquias’ e fragmentos, caracterizados como elementos naturais ou autênticos do passado, os quais não foram construídos, controlados ou manipulados pelo pesquisador (Kipping e Lamberg, 2017). Essas informações foram criadas por atores em determinados contextos e com determinados interesses, resultando em enviesamento. Dessa forma, há a necessidade de incorporar essas fontes ao contexto histórico no qual foram elaboradas (Kipping e Lamberg, 2017), o que implica identificar seu autor, sua audiência e seu contexto (Kipping et al., 2014).

A segunda etapa consiste no processo de triangulação, o que significa validar as informações por meio da checagem e do alinhamento com outras fontes. Isso implica a necessidade de heterogeneidade nas fontes (diferentes autores, interesses e contextos) (Kipping et al., 2014; Kipping e Lamberg, 2017).

Por sua vez, a terceira etapa diz respeito ao processo de interpretação hermenêutica (ou ciclo hermenêutico (Kipping e Lamberg, 2017)). Dada a necessidade de estudar atores históricos em seus próprios contextos, com interesses, identidade, mentalidade e ações moldados pelo lugar que ocupam no tempo (Kipping et al., 2014), o pesquisador deve executar um processo iterativo de leitura e releitura de diversas fontes de modo a reconstruir a voz da fonte em análise. Esse processo deve se repetir até que a inclusão das demais fontes disponíveis não resulte em mudanças na interpretação realizada. Já a quarta etapa refere-se à conectar os pontos com os demais eventos históricos importantes, o que resulta em uma validação externa de determinada fonte (Kipping e Lamberg, 2017).

Por fim, na quinta etapa ocorre o processo de teorização. Nesse sentido, entendimentos teóricos obtidos *a priori* são essenciais tanto como ponto de partida quanto para a realização de uma interpretação significativa das relíquias históricas encontradas. O trabalho do pesquisador deve envolver um esforço contínuo de teorização e de trocas entre teoria e dados disponíveis, em que cada pedaço de informação é associado a um modelo de processo no qual informações e eventos são vinculados ao longo do tempo (Kipping e Lamberg, 2017).

4. Referências

- Albarrak, M. S., Elnahass, M., e Salama, A. (2019). The effect of carbon dissemination on cost of equity. *Business Strategy and the Environment*, 28(6), 1179–1198. <https://doi.org/10.1002/bse.2310>
- Archer, M. S. (1982). Morphogenesis versus Structuration: On Combining Structure and Action. *The British Journal of Sociology*, 33(4), 455–483.
- Austin, J. L. (1962). *How do to Things with Words*. Oxford University Press.
- Barley, S. R., e Tolbert, P. S. (1997). Institutionalization and Structuration: Studying the Links between Action and Institution. *Organization Studies*, 18(1), 93–117. <https://doi.org/10.1177/017084069701800106>
- Battilana, J., Leca, B., e Boxenbaum, E. (2009). How Actors Change Institutions: Towards a Theory of Institutional Entrepreneurship. *The Academy of Management Annals*, 3(1), 65–107. <https://doi.org/10.1080/19416520903053598>
- Bitektine, A., Haack, P., Bothello, J., e Mair, J. (2020). Inhabited Actors : Internalizing Institutions through Communication and Actorhood Models. *Journal of Management Studies*, 57(4), 885–897. <https://doi.org/10.1111/joms.12560>
- Cardinale, I. (2018). Beyond Constraining and Enabling: Towards New Microfoundations for Institutional Theory. *Academy of Management Review*, 43(1), 132–155.
- Cardinale, I. (2019). On Action, Embeddedness, and Institutional Change. *Academy of Management Review*, 44(3), 673–676. <https://doi.org/10.5465/amr.2019.0026>
- Cassell, C., e Bishop, V. (2019). Qualitative Data Analysis: Exploring Themes, Metaphors and Stories. *European Management Review*, 16(1), 195–207. <https://doi.org/10.1111/emre.12176>
- Chandler, J. D., Salvador, R., e Kim, Y. (2018). Language, brand and speech acts on Twitter. *Journal of Product & Brand Management*, 27(4), 375–384. <https://doi.org/10.1108/JPBM-06-2017-1493>
- Clarke, V., e Braun, V. (2013). Teaching thematic analysis: Overcoming challenges and developing strategies for effective learning. *The Psychologist*, 26(2), 120–123.
- Collingwood, R. G. (1946). *The Idea of History* (C. Press (org.)). <https://doi.org/10.2307/2181408>
- DiMaggio, P., e Powell, W. W. (1991). Introduction. In W. W. Powell e P. DiMaggio (Orgs.), *The new institutionalism in organizational analysis* (p. 467). The University of Chicago.
- Embrapa. (2019). *História da soja*. Embrapa soja. <https://www.embrapa.br/web/portal/soja/cultivos/soja1/historia>

- Embrapa. (2020, junho). *Dados econômicos*. Soja em números (safra 2019/20). <https://www.embrapa.br/web/portal/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>
- Farla, J., Markard, J., Raven, R., e Coenen, L. (2012). Sustainability transitions in the making: A closer look at actors, strategies and resources. *Technological Forecasting and Social Change*, 79(6), 991–998. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2012.02.001>
- Fuenfschilling, L. (2019). An institutional perspective on sustainability transitions. In F. Boons e A. McMeekin (Orgs.), *Handbook of Sustainable Innovation* (p. 219–236). Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4324/9780203465271>
- Fuenfschilling, L., e Truffer, B. (2014). The structuration of socio-technical regimes - Conceptual foundations from institutional theory. *Research Policy*, 43(4), 772–791. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2013.10.010>
- Fuenfschilling, L., e Truffer, B. (2016). The interplay of institutions, actors and technologies in socio-technical systems - An analysis of transformations in the Australian urban water sector. *Technological Forecasting and Social Change*, 103, 298–312. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2015.11.023>
- Gaitán-Cremaschi, D., Klerkx, L., Duncan, J., Trienekens, J. H., Huenchuleo, C., Dogliotti, S., Contesse, M. E., Benitez-Altuna, F. J., e Rossing, W. A. H. (2020). Sustainability transition pathways through ecological intensification: an assessment of vegetable food systems in Chile. *International Journal of Agricultural Sustainability*, 18(2), 131–150. <https://doi.org/10.1080/14735903.2020.1722561>
- Gardner, T. A., Benzie, M., Börner, J., Dawkins, E., Fick, S., Garrett, R., Godar, J., Grimard, A., Lake, S., Larsen, R. K., Mardas, N., McDermott, C. L., Meyfroidt, P., Osbeck, M., Persson, M., Sembres, T., Suavet, C., Strassburg, B., Trevisan, A., ... Wolvekamp, P. (2019). Transparency and sustainability in global commodity supply chains. *World Development*, 121, 163–177. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.05.025>
- Geels, F. W. (2002). Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspective and a case-study. *Research Policy*, 31, 18.
- Geels, F. W. (2004). From sectoral systems of innovation to socio-technical systems: Insights about dynamics and change from sociology and institutional theory. *Research Policy*, 33(6–7), 897–920. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2004.01.015>
- Geels, F. W. (2011). The multi-level perspective on sustainability transitions: Responses to seven criticisms. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 1(1), 24–40. <https://doi.org/10.1016/j.eist.2011.02.002>
- Geels, F. W. (2020). Micro-foundations of the multi-level perspective on socio-technical transitions: Developing a multi-dimensional model of agency through crossovers between social constructivism, evolutionary economics and neo-institutional theory. *Technological Forecasting and Social Change*, 152, 1–17. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2019.119894>
- Geels, F. W., e Schot, J. (2007). Typology of sociotechnical transition pathways. *Research Policy*, 36(3), 399–417. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2007.01.003>
- Giddens, A. (1984). *Constitution of the Society: Outline of the Theory of Structuration*. Polity Press. <https://doi.org/10.2307/sysbio/34.2.254>

- Ginzburg, C., Tedeschi, J., e Tedeschi, A. C. (1993). Microhistory: Two or Three Things That I Know about It. *Critical Inquiry*, 20(1), 10–35. <https://doi.org/10.1086/448699>
- Hanna, R., Rohm, A., e Crittenden, V. L. (2011). We're all connected: The power of the social media ecosystem. *Business Horizons*, 54(3), 265–273. <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2011.01.007>
- Hardy, C., e Maguire, S. (2010). Discourse, Field-Configuring Events, and Change in Organizations and Institutional Fields: Narratives of DDT and the Stockholm Convention. *Academy of Management Journal*, 53(6), 1365–1392. <https://doi.org/10.2307/29780263>
- Heracleous, L. (2013). The Employment of Structuration Theory in Organizational Discourse. *Management Communication Quarterly*, 27(4), 599–606. <https://doi.org/10.1177/0893318913504498>
- Heracleous, L. (2017). Discourse Theory. In *The SAGE Handbook of Process Organization Studies* (p. 190–203). SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781473957954.n12>
- Holm, P. (1995). The Dynamics of Institutionalization: Transformation Processes in Norwegian Fisheries. *Administrative Science Quarterly*, 40(3), 398–422. <https://doi.org/10.2307/2393791>
- Jia, F., Peng, S., Green, J., Koh, L., e Chen, X. (2020). Soybean supply chain management and sustainability: A systematic literature review. *Journal of Cleaner Production*, 255, 120254. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.120254>
- Kaplan, A. M., e Haenlein, M. (2010). Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media. *Business Horizons*, 53(1), 59–68. <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2009.09.003>
- King, N., Brooks, J., e Tabari, S. (2018). Template Analysis in Business and Management Research. In *Qualitative Methodologies in Organization Studies* (p. 179–206). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-65442-3_8
- Kipping, M., e Lamberg, J.-A. (2017). History in Process Organization Studies: What, Why, and How. In *The SAGE Handbook of Process Organization Studies* (p. 303–320). SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199646890.003.0013>
- Kipping, M., e Üsdiken, B. (2014). History in Organization and Management Theory: More Than Meets the Eye. *Academy of Management Annals*, 8(1), 535–588. <https://doi.org/10.5465/19416520.2014.911579>
- Kipping, M., Wadhvani, R. D., e Bucheli, M. (2014). Analyzing and Interpreting Historical Sources: A Basic Methodology. In *Organizations in Time* (p. 305–329). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199646890.003.0013>
- Klerkx, L., Jakku, E., e Labarthe, P. (2019). A review of social science on digital agriculture, smart farming and agriculture 4.0: New contributions and a future research agenda. In *NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences* (Vols. 90–91, p. 100315). Elsevier B.V. <https://doi.org/10.1016/j.njas.2019.100315>
- Köhler, J., Geels, F. W., Kern, F., Markard, J., Onsongo, E., Wieczorek, A., Alkemade, F., Avelino, F., Bergek, A., Boons, F., Fünfschilling, L., Hess, D., Holtz, G., Hyysalo, S., Jenkins, K., Kivimaa, P., Martiskainen, M., Mcmeekin, A., Susan, M., ... Wells, P. (2019).

- An agenda for sustainability transitions research : State of the art and future directions. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 1, 1–32. <https://doi.org/10.1016/j.eist.2019.01.004>
- Lawrence, T. B., e Suddaby, R. (2006). Institutions and institutional work. In S. Clegg, C. Hardy, T. B. Lawrence, e W. Nord (Orgs.), *The SAGE Handbook of Organization Studies* (2º ed, p. 215–254). SAGE. <https://doi.org/10.4135/9781848608030.n7>
- Little, D. (2016). *New Directions in the Philosophy of Social Science*. Rowman & Littlefield International.
- Lok, J., e Willmott, H. (2019). Embedded Agency in Institutional Theory: Problem or Paradox? *Academy of Management Review*, 44(2), 470–473. <https://doi.org/10.5465/amr.2017.0571>
- Maclean, M., Clegg, S., Suddaby, R., e Harvey, C. (2021). *Historical Organization Studies*. Routledge. <https://doi.org/https://doi.org/10.4324/9781003033592>
- MacLean, M., Harvey, C., e Clegg, S. R. (2016). Conceptualizing historical organization studies. *Academy of Management Review*, 41(4), 609–632. <https://doi.org/10.5465/amr.2014.0133>
- Magnússon, S. G., e Sziujártó, I. M. (2013). *What is Microhistory?* Routledge. <https://doi.org/10.30884/seh/2018.02.04>
- Makrygiannakis, G., e Jack, L. (2018). Designing a conceptual methodology for structuration research. *Meditari Accountancy Research*, 26(1), 70–87. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-07-2017-0182>
- Markard, J., Geels, F. W., e Raven, R. (2020). Challenges in the acceleration of sustainability transitions. *Environmental Research Letters*. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/ab9468>
- Meyer, R. E., e Vaara, E. (2020). Institutions and Actorhood as Co-Constitutive and Co-Constructed: The Argument and Areas for Future Research. *Journal of Management Studies*, 57(4), 898–910. <https://doi.org/10.1111/joms.12561>
- NVivo. ([s.d.]). *NVivo 11 for Windows Help - Approaches to analyzing Twitter data*. Recuperado 25 de junho de 2020, de http://help-nv11.qsrinternational.com/desktop/concepts/approaches_to_analyzing_twitter_data.htm
- Parente, R., Melo, M., Andrews, D., Kumaraswamy, A., e Vasconcelos, F. (2020). Public sector organizations and agricultural catch-up dilemma in emerging markets: The orchestrating role of Embrapa in Brazil. *Journal of International Business Studies*, 1–25. <https://doi.org/10.1057/s41267-020-00325-x>
- Pflitsch, G., e Radinger-Peer, V. (2018). Developing Boundary-Spanning Capacity for Regional Sustainability Transitions—A Comparative Case Study of the Universities of Augsburg (Germany) and Linz (Austria). *Sustainability*, 10(4), 918. <https://doi.org/10.3390/su10040918>
- Reuters. (2020, junho 19). Europeus ameaçam diminuir investimentos no Brasil devido a desmatamento. *Spring, Jake*.
- Roberts, C., e Geels, F. W. (2018). Public Storylines in the British Transition from Rail to Road Transport (1896–2000): Discursive Struggles in the Multi-Level Perspective. *Science as Culture*, 27(4), 513–542. <https://doi.org/10.1080/09505431.2018.1519532>

- Roberts, C., e Geels, F. W. (2019). Conditions for politically accelerated transitions : Historical institutionalism , the multi-level perspective , and two historical case studies in transport and agriculture. *Technological Forecasting & Social Change*, 140, 221–240. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2018.11.019>
- Scott, W. R. (2014). *Institutions and Organizations: Ideas, Interests, ans Identities* (4^o ed). SAGE.
- Searle, J. R. (1969). *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge University Press.
- Searle, J. R. (1976). A classification of illocutionary acts. *Language in Society*, 5(1), 1–23.
- Seo, M.-G., e Creed, D. (2002). Institutional Contradictions, Praxis, and Institutional Change: A Dialectical Perspective. *Academy of Management Review*, 27(2), 222–247.
- Sewell, W. H. J. (1992). A Theory of Structure: Duality , Agency, and Transformation. *The American Journal of Sociology*, 98(1), 1–29. <https://doi.org/https://www.jstor.org/stable/2781191>
- Stones, R. (2005). Structuration Theory. In *Traditions in Social Theory*. Macmillan Education UK. <https://doi.org/10.1007/978-0-230-21364-7>
- Strambach, S., e Pflitsch, G. (2018). Micro-dynamics in regional transition paths to sustainability - Insights from the Augsburg region. *Applied Geography*, 90, 296–307. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2017.04.012>
- Strambach, S., e Pflitsch, G. (2020). Transition topology: Capturing institutional dynamics in regional development paths to sustainability. *Research Policy*, 49(7), 104006. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2020.104006>
- Thornton, P. H., Ocasio, W., e Lounsbury, M. (2012). *The Institutional Logics Perspective: A New Approach to Culture, Structure, and Process*. Oxford University Press.
- Upham, P., Bögel, P., e Dütschke, E. (2019). Thinking about individual actor-level perspectives in sociotechnical transitions: A comment on the transitions research agenda. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, August, 0–1. <https://doi.org/10.1016/j.eist.2019.10.005>
- Upham, P., Dütschke, E., Schneider, U., Oltra, C., Sala, R., Lores, M., Klapper, R., e Bögel, P. (2018). Agency and structure in a sociotechnical transition: Hydrogen fuel cells, conjunctural knowledge and structuration in Europe. *Energy Research and Social Science*, 37, 163–174. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2017.09.040>
- Vaara, E., e Lamberg, J. A. (2016). Taking historical embeddedness seriously: Three historical approaches to advance strategy process and practice research. In *Academy of Management Review* (Vol. 41, Número 4, p. 633–657). Academy of Management. <https://doi.org/10.5465/amr.2014.0172>
- WWF. (2019). *The UK soy story how retailers' commitments to tackling soy-driven deforestation compare contents*.